

Catherine Prost

Professora Adjunta do Departamento e Mestrado de Geografia,  
Universidade Federal da Bahia  
cprost@ufba.br

---

# Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil

## Resumo

A pesca artesanal detém no Brasil um considerável peso econômico e social, especialmente nos Estados do Norte e Nordeste. Propõe-se aqui uma análise em escala local para iniciar uma reflexão sobre o desenvolvimento da pesca artesanal. O desenvolvimento local é entendido e defendido aqui como solidário ou alternativo ou ainda como ecodesenvolvimento. A escala local se justifica uma vez que é no lugar onde vão se imprimir as ações dos diversos atores e onde se forma o lócus da solidariedade orgânica. No Pará e na Baía do Iguape (BA), existem reservas extrativistas (resex) marinhas, principalmente em áreas de manguezais, embora também abarquem ecossistemas de florestas de terra firme, várzeas, rios, estuários e zona marítima costeira. Nas resex, os pescadores artesanais exercem uma atividade muito influenciada pelas vicissitudes do tempo, embora o sistema de pesca (embarcação, apetrechos, tipo de captura) possa amenizar um pouco os impactos em função do nível de tecnologia. Mais do que o nível de tecnologia empregado, o nível sócio-econômico dos pescadores é condicionado pela divisão do trabalho e pelo grau de organização social. No Pará, as resex já possuem associação de usuários além de conselhos fiscal e deliberativo, o que demonstra um processo muito dinâmico de construção social. A análise comparativa empreendida aqui mostra que sem um tecido social coeso e sem apoio governamental seguro, o processo de construção social avança em marcha lenta, como ilustra o exemplo da resex Baía do Iguape, na Bahia. No Pará, ainda restam muitos desafios a superar em busca de soluções economicamente mais rentáveis. Pode-se dizer que o principal benefício até hoje alcançado pelas comunidades extrativistas é o aumento de seu poder de embate político.

**Palavras-chave:** ecodesenvolvimento; pesca artesanal; região costeira; reservas extrativistas marinhas.

## Résumé

### ÉCODÉVELOPPEMENT DE LA PÊCHE ARTISANALE EN RÉGION CÔTIÈRE - ÉTUDES DE CAS DANS LE NORD ET NORD-EST DU BRÉSIL

La pêche artisanale détient au Brésil un considérable poids économique et social, spécialement parmi les Etats du Nord et Nord-Est. L'article propose une analyse à l'échelle locale pour initier une réflexion sur le développement de la pêche artisanale. Le développement local est entendu et défendu ici comme solidaire ou alternatif, ou encore comme écodéveloppement. L'échelle locale se justifie car c'est au niveau du lieu que s'impriment les actions des divers acteurs et où se forme le locus de la solidarité organique. Dans le Pará et dans la Baie d'Iguape (Bahia), il existe des réserves extrativistas (resex) marines, principalement en aire de mangrove, bien qu'elles abritent aussi des écosystèmes de forêt de terre ferme, forêt inondée d'eau douce, fleuve, estuaire et zone maritime côtière. Dans les resex, les pêcheurs artisanaux exercent une activité très influencée par les aléas climatiques, même si le système de pêche (embarcation-instruments-type de capture) peut amoindrir un peu les impacts en fonction du niveau de technologie. Mais, plus que le niveau technologique employé, le niveau socio-économique des pêcheurs est conditionné par la division du travail et par le degré d'organisation sociale. Dans le Pará, les resex possèdent déjà chacune une association d'usagers, outre les conseils, délibératifs et fiscaux, ce qui démontre un processus très dynamique de construction sociale. L'analyse comparative entreprise ici montre que sans un tissu social cohérent et sans appui gouvernemental de confiance, le processus de construction social avance à pas lents, comme l'illustre l'exemple de la resex Baie d'Iguape, dans l'Etat de Bahia. Dans le Pará, il reste encore beaucoup de défis à relever à la recherche de solutions économiquement plus rentables. On peut dire que le principal bénéfice obtenu jusqu'à nos jours par les communautés extrativistes est l'augmentation de leur pouvoir de contestation politique.

**Mots-clé:** écodéveloppement; pêche artisanale; région côtière; réserves extrativistes marines.

## 1. Que desenvolvimento para a pesca artesanal?

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, já presente entre os povos indígenas e na sociedade colonial e perpetuada enquanto pesca artesanal ou industrial. A partir dos anos 1960, através de incentivos fiscais e creditícios, é encorajada a modernização da pesca, processo que favoreceu principalmente o setor industrial. Todavia, a pesca artesanal continua detendo um considerável peso econômico e social, especialmente nos Estados do Nordeste e Norte<sup>1</sup>. Esse termo abrange realidades sócio-

espaciais diferentes, marcando uma clivagem principal entre as regiões Sul-Sudeste e Norte-Nordeste que revela uma correlação entre o nível de renda dos pescadores e o acesso a técnicas mais modernas. Não por acaso, o Movimento Nacional de Pescadores Artesanais (MONAPE) reúne movimentos, associações e colônias de pescadores das regiões supracitadas. A pesca artesanal se caracteriza por meios de produção com tecnologia relativamente modesta, um sistema de capturas multi-espécies e relações de trabalho fundadas na parceria. Em escala regional, pode-se definir que a pesca artesanal na costa norte e nordeste do país se mantém em um nível de desenvolvimento bastante modesto. Quais vias adotar para melhorar a qualidade de vida das populações pesqueiras costeiras e aumentar a renda familiar: um novo programa de crédito para a modernização do setor, no intuito de favorecer o aumento do esforço de pesca? Esta política foi aplicada intensivamente durante duas décadas no setor industrial a partir de 1967. As conseqüências nefastas da ampliação da frota e conseqüente capacidade de captura de todo o setor<sup>2</sup> assim como o caráter predatório de certas artes de pesca se expressam também nas faixas costeiras e estuários. O incentivo à produção pesqueira atingiu de fato seu objetivo, com um aumento da produção nacional de pescado de 281,5 mil toneladas, em 1960, para 971,5 mil toneladas, em 1985<sup>3</sup>. Todavia, em seguida, a produção começou a declinar, com 798,6 mil toneladas de pescado, em 1989, e 697,6 mil, em 1994. Na última década, percebe-se de novo um aumento, contudo mais progressivo, com 1.116 toneladas em 2004, graças a um avanço sensível da aquicultura. A zona marinha costeira é uma área onde o escasseamento de cardumes se manifesta claramente nas últimas décadas segundo relatos de pescadores da costa norte e nordeste; ora, trata-se do domínio por excelência da pesca artesanal em razão da modéstia dos meios de produção que impedem saídas em alto-mar com grau de segurança satisfatório. Municionar os pescadores artesanais de embarcações e apetrechos mais modernos para aumentar o esforço de captura nessas mesmas áreas sem implementar paralelamente um plano de gerenciamento costeiro com fiscalização da pesca industrial pode sobrecarregar demasiadamente a capacidade de renovação do oceano e estuários, levando a um risco previsível de redução mais drástica e acelerada do estoque pesqueiro. Em uma análise completa da evolução negativa do esforço de pesca, as questões relativas a um modo de desenvolvimento da pesca devem, portanto, contemplar a ação e os efeitos dos dois setores que

não podem ser assimilados em sua frequência, sua amplitude territorial e temporal e sua magnitude.

Nesse trabalho, o esforço de reflexão se concentra sobre a pesca artesanal, ela também submetida a pressões do mercado em favor do aumento da produção, o que pode levar os pescadores a adotar técnicas predatórias. Essas pressões do mercado são acompanhadas da penetração de informações e valores novos, exógenos, apresentados como portadores de modernidade e incensando o consumo, a acumulação e a competitividade, valores que se contrapõem às práxis tradicionais de maior harmonia entre sociedade e natureza. A realização de novas necessidades demanda uma maior renda monetária a extrair do uso dos recursos naturais. Entre as conseqüências, cita-se, além dos impactos ambientais negativos, desestruturação social, empobrecimento econômico, social e cultural.

Propõe-se aqui uma análise a partir da escala local para começar uma reflexão sobre o desenvolvimento da pesca artesanal em razão do conceito adotado de desenvolvimento. Em contraposição à visão desenvolvimentista tradicional, concebida segundo um esquema de estágios sucessivos, o desenvolvimento local é entendido e defendido aqui como solidário ou alternativo, seguindo o conceito de Santos (2002). O autor explica que esta opção implica num modo de desenvolvimento que dê preferência à escala local, tanto em termos de objeto, quanto de ação, dando prioridade à cidadania ao incluir os segmentos geralmente excluídos da sociedade. Além disso, conforme requer o objetivo de sustentabilidade, são estabelecidos limites ao desenvolvimento, o qual inclui formas de produção não capitalista, tecnologias apropriadas e estratégias econômicas autônomas. Nessa mesma ótica, serve também o conceito de ecodesenvolvimento defendido por Sachs apud Layrargues (1997, p. 7), em oposição ao conceito polissêmico de desenvolvimento sustentável:

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que inspirada em soluções alheias.

Esses pontos levantados por Sachs são centrais na nossa análise: partir de uma análise dos recursos e das necessidades das populações locais, contando com a capacidade de gestão local participativa. As populações tradicionais não constituem um fenômeno fixo no tempo e integram certos traços da modernidade em razão do contato com o mercado, mas a lógica do desenvolvimento local orienta-se para um modo e um ritmo decididos pelas populações locais. Santos (2002), na definição das categorias de análise, caracteriza o lugar como necessário para que o Mundo se torne espaço graças às virtualidades do mesmo. É no lugar que vão se imprimir as ações dos diversos atores, incluindo atores com lógica de apropriação do território exógena, tal como é o caso da frota pesqueira industrial. Mas é também no âmbito do lugar que se formam as resistências ao modelo econômico hegemônico; ele forma o *locus* da solidariedade orgânica de grupos marginalizados, que passam a se organizar no intuito de reverter o quadro de segregação sócio-econômica e cultural crescente. Este trabalho privilegia, portanto, a análise em escala local pois é a partir do lugar que se define o modo de desenvolvimento almejado, assim como se pretende, no decorrer de pesquisas em curso, interagir com as populações de estudo.

## **2. Surgimento e organização das reservas extrativistas**

### *2.1. Ascensão do conservacionismo e os movimentos dos extrativistas*

A volta da democracia no Brasil a partir de 1985 ampliou a manifestação de novas territorialidades de grupos marginalizados pela política nacional, conquistando o apoio de segmentos da opinião pública em favor de uma melhoria de suas condições: a considerável sociodiversidade de populações locais – seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores, ribeirinhos, caboclos, indígenas – que se organizam e formam redes de solidariedade contra o modelo desenvolvimentista, contribuindo para o que Santos (2002) chama de horizontalidades, ou seja a resistência ao avanço do meio técnico-científico-informacional segundo a lógica neo-liberal. Esses movimentos sociais contam agora com um quadro político mais democrático para reivindicar direitos sobre determinados territórios. Muitos têm justi-

ficado suas lutas em nome de uma história de ocupação mas também de proteção ambiental, através da prática de atividades tradicionais, uma bandeira que recebe cada vez mais o apoio da opinião pública e até de credores internacionais, tal como ilustra o Programa de proteção das florestas tropicais financiado pelos países do G7 (PPG7).

O governo brasileiro tem respondido a essas novas demandas através de várias medidas, dentre as quais destacamos a lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As áreas protegidas são doravante divididas em dois grandes blocos: o de preservação permanente e o de uso sustentável. O segundo prevê o uso social de recursos naturais por populações tradicionais, no qual se inserem Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Extrativistas (resex). Ele expressa a evolução do debate ecológico em que o enfoque estritamente biológico sobre a natureza – preferencialmente considerada como meio ambiente, onde o homem ocupa um lugar central – se ampliou, ao contemplar as populações tradicionais que nessa e dessa natureza vivem. Com efeito, desde meados do século XX, pesquisas em ciências humanas, especialmente em antropologia, sobre populações tradicionais de todos os continentes, se multiplicaram, revelando à comunidade científica a riqueza dos saberes tradicionais dessas populações. A partir dos anos 1970 e 80, um novo campo de ação é explorado, com a defesa dos saberes tradicionais para o manejo de ecossistemas ou a agregação de valor aos recursos naturais, por exemplo, no setor de biotecnologia aplicado às indústrias cosmética ou farmacêutica. Isso se traduz no campo político, com a valorização dos *traditional ecological knowledge* (TEK, saberes ecológicos tradicionais) na Conferência do Rio de Janeiro em 1992, pela sua contribuição à gestão dos recursos naturais. Hoje em dia, sabe-se que os modos de vida de populações autóctones no mundo, tais como índios, etnias silvícolas de África ou Ásia ou ainda caboclos amazônicos, incluem técnicas de exploração dos recursos naturais que não só podem preservar a natureza como podem aumentar sua biodiversidade. A constatação soa como um desmentido à lógica de preservação permanente e integral, segundo a qual a ação do homem, percebida como impacto antrópico, só pode se dar de modo negativo.

Todavia, a manutenção de modos de vida e de trabalho tradicionais é percebida pelos atores hegemônicos como um freio ao desenvolvimento.

A terminologia de desenvolvimento sustentável age como uma justificativa para perpetuar a lógica capitalista dissimulada atrás de algum “esverdeamento”, deixando aberto o palco das lutas sociais por justiça sócio-econômica e ambiental, como exemplifica o fórum paralelo à Conferência Rio-1992, representativo da força crescente da sociedade civil organizada no cenário político. Movimentos sociais, associações e ONGs procuraram fazer ouvir mais a voz dos excluídos, a voz dos lugares que recusam a vertente neo-liberal da globalização, a voz das horizontalidades que tecem redes em escala global. De fato, a chamada crise ambiental expressa, na realidade, as conseqüências de um modo de produção capitalista. À exclusão sócio-econômica, acrescenta-se a exclusão ambiental, incentivando as populações locais a se organizar em busca de uma melhoria de suas condições de vida. A sociedade civil se organiza em diversas entidades sociais e realiza fóruns para divulgação e troca de experiências. A multiplicação e amplificação das redes de comunicação permitem tornar cada vez mais públicos os conflitos vigentes e as reivindicações dos grupos sociais excluídos, mudando destarte o modo em que esses conflitos se desenvolvem. A maior atenção da opinião pública nacional e internacional obriga os governos a mudar de política em relação aos segmentos descontentes da população ou então mudar de estratégia. Os principais atores de produção do espaço, os governos e as grandes empresas, recorrem a representações de modo a justificar uma apropriação do território e os usos de determinadas técnicas e tecnologias. Essas representações, compondo a psicosfera proposta por Santos (2002), visam a legitimar as ações no território desses atores. Mas a ampliação do debate através da extensão das redes de comunicação (TV, radio, internet,...) não serve apenas aos interesses das elites; a apropriação, ou ao menos, o maior acesso a espaços de comunicação pelos grupos sociais e étnicos excluídos contribui para informar e sensibilizar a opinião pública sobre conflitos em curso. Uma justificativa alternativa pode ser então anunciada de modo a explicar e recolher a adesão e apoio da sociedade, contribuindo para formar uma outra rede: a dos lugares, das horizontalidades de Santos (2002), que resiste às redes globais.

Com o peso crescente da opinião pública, nacional e internacional, grupos minoritários ou excluídos granjearam avanços graças à divulgação

de suas ações e à pressão da sociedade sobre o governo. Dentre esses movimentos, destacamos o dos seringueiros do Acre que, desde a década de 1970, organizavam os “empates” contra o desmatamento da floresta. O movimento ganhou experiência e maturidade através de mobilizações que requeriam um elevado grau de organização. Os conflitos chamaram a atenção da opinião pública, especialmente após a morte do líder José Wilson e, uma década depois, a do seu companheiro Chico Mendes. A partir de 1982, o governo federal começa a se voltar para a região e propõe projetos de assentamentos dirigidos, mas estes encontraram um impasse pois fragmentavam a “colocação”<sup>4</sup> dos seringueiros. Em 1985, o governo anuncia um plano de reforma agrária; paralelamente, os seringueiros passaram a ser considerados pela opinião pública dos países mais industrializados como um obstáculo ao desmatamento. O movimento dos extrativistas se consolida com a realização do seu primeiro encontro nacional a partir do qual nasce o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). O CNS alia reivindicação de usufruto tradicional das colocações e defesa ambiental da floresta. O governo cria vários projetos de assentamentos extrativistas (PAE) em terras de uso comum, incorporando os seringueiros no plano nacional de reforma agrária. Mas diante do imobilismo dos PAE<sup>5</sup> e a insistente pressão internacional, o CNS continuava a defender a criação de reservas extrativistas enquanto espaços destinados à utilização sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis. Na década de 1990, as primeiras resex são então criadas no Acre e em outros Estados com populações extrativistas, tais como as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.

As reservas extrativistas têm o propósito de fomentar o desenvolvimento local, aliando os objetivos de sustentabilidade ambiental, sócio-econômica e política, através do manejo racional dos recursos naturais regulado por planejamento e gestão participativos, como ilustram a estrutura organizacional das resex e suas missões previstas em lei. O plano de gestão dos recursos naturais, cuja elaboração e implantação são objetivos centrais das resex, significa uma limitação no uso dos recursos naturais; todavia, esse sacrifício das populações locais se justifica na medida em que, protegendo os recursos necessários para sua subsistência, a população contribui a manter seu modo de vida de modo sincrônico e diacrônico

e evitar o empobrecimento observado em muitas populações rurais submetidas às pressões do mercado.

Após as reservas florestais, foram criadas reservas extrativistas marinhas, pois os pescadores, incluindo marisqueiros, exercem igualmente uma atividade de coleta. Nos Estados aqui pesquisados, as primeiras resex marinhas surgem em 2000 e 2001, em Maragojipe, na Baía do Iguape (BA), e em Soure, na ilha do Marajó (PA). Desde então, outras resex marinhas foram criadas após visitas de informação do IBAMA nas comunidades pesqueiras.

## 2.2. *Estruturas organizacionais e finalidades das reservas extrativistas*

Existem várias modalidades de participação efetiva das populações locais na gestão ambiental em áreas de conservação tal como co-gestão, gestão contratual, sistema cooperativo, sistema corporativo e auto-organização. Salvo a última forma em que o Estado está ausente, nas demais, ele intervém de várias maneiras. A co-gestão envolve um compartilhamento eqüitativo do poder entre Estado e atores locais, visando otimizar o bem a longo prazo (PLANTE; ANDRÉ, 2002). O Estado Federal é representado pelo seu órgão ambiental, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e, mais especificamente no caso das resex, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), criado junto com o SNUC. Trata-se de um núcleo instituído com a finalidade de promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações não Governamentais (CNPT, 2005, s/p).

A criação do CNPT em 2000 expressa um avanço na gestão do meio ambiente na medida em que reconhece que as questões ambiental e social são intimamente ligadas e que sua solução exige instituições dinâmicas, capazes de responder de forma eficaz aos anseios da sociedade. A existência do Conselho expressa o reconhecimento do papel das populações tradicionais nos propósitos conservacionistas, negando em conseqüência o “mito da natureza intocada”, desconstruído por Diegues (1994), e favore-

cendo o que o autor chama de “novo profissionalismo”. Este deve aliar os saberes científicos - os quais podem ser processados e sintetizados em sistemas de informação geográfica, integrando variáveis temporais e espaciais de vários fatores - com os saberes tradicionais. Ao CNPT, cabe facilitar a formação de resex solicitadas por comunidades locais extrativistas, assim como consolidar as resex existentes através de assessoramento na mobilização popular e no processo de planejamento e gestão.

A organização das resex assenta-se em duas esferas de decisão: um Conselho Deliberativo e uma Associação de Usuários, de forma a garantir a governança das unidades de conservação (UCs). A governança é aqui entendida, segundo o conceito de Plante e André (2002), ou seja, as modalidades de compartilhamento do poder que se desenvolvem a partir de estruturas formais e informais. Fisher (2002) observa que o termo é hoje associado às noções de parceria, aprendizagem coletiva, regulação, tal como ditam os preceitos das agências internacionais que priorizam financiamentos para projetos de orçamento participativo e de desenvolvimento local ou regional. Como a autora lembra, embora as definições do termo sejam numerosas, pode-se encontrar vários pontos convergentes. Um deles diz respeito à co-responsabilidade de todos os implicados nas decisões tomadas. Outro entende que a produção de recursos, sejam financeiros, organizacionais ou de outra natureza, resultam de parcerias horizontais intra- e inter-organizacionais, pressupondo a cooperação de várias instituições e atores em torno de um objetivo comum. O terceiro ponto de convergência se refere à valorização das estruturas descentralizadas e participativas, nas quais as tomadas de decisão são executadas e avaliadas no quadro de um processo de aprendizagem. Fischer (2002) salienta que a governança não deve fazer acreditar que se nega a existência de conflitos, de competição pelo acesso e uso a recursos naturais, mas que, dentro das esferas de decisão, os esforços devem ser orientados também para a formação de articulações, alianças e acordos através do diálogo entre interessados.

Para abrigar essa interação entre os diversos representantes da sociedade, o parágrafo 2 do artigo 18 da lei 9.985/2000 promulga que os conselhos deliberativos são presididos pelo IBAMA e constituídos por órgãos públicos, organizações da sociedade civil e uma maioria<sup>6</sup> formada das po-

populações tradicionais residentes na área. Observamos que nas resex existentes na costa paraense, as populações tradicionais contempladas não se limitam às populações residentes, mas abrangem todas as comunidades usuárias das respectivas áreas protegidas. Este Conselho, sendo suscetível de abrigar atores diversos, como extrativistas e prefeituras contrárias a um desenvolvimento submetido a requisitos de sustentabilidade ambiental ou pescadores artesanais e grandes empreendimentos, oferece um espaço de diálogo entre grupos de interesses divergentes ou até antagônicos na tentativa de se chegar a acordos, oferecendo assim mais garantia na realização dos objetivos planejados. Ressalta-se que o conselho deliberativo desempenha mais um papel de controle social sobre o que acontece no território da resex e sua área de entorno, deixando a incumbência do processo contínuo de planejamento e gestão a outra esfera de decisão.

O CNPT requer efetivamente, como condição indispensável de gestão, a existência de uma associação representativa dos moradores. A criação de tal associação deve derivar da compreensão e da percepção, por parte dos moradores, de que a co-gestão da Reserva exige que eles sejam coesos e organizados (CNPT, 2005). Assim sendo, o CNPT privilegia o fomento à consolidação de tais associações. Estas já deveriam existir antes da criação das resex, pois são elas que recebem a concessão de direito real de uso<sup>7</sup> do território da resex, contudo, na realidade, elas são freqüentemente criadas depois, mostrando assim como a definição de um território pode emanar de uma construção social em torno de um objetivo agregativo: a sustentabilidade do desenvolvimento local, ou, em outros termos, um desenvolvimento endógeno, integrado e durável.

### *2.3. A participação das comunidades, um elemento fundamental da sustentabilidade do desenvolvimento local*

A participação das comunidades representa um elemento fundamental da sustentabilidade como vêm confirmando numerosos estudos ao longo das últimas décadas, que confirmam a procedência de uma perspectiva conservacionista, incluindo o ser humano na missão de preservação ambiental. Se nos anos 1980, a participação era vista como interesse na proteção dos recursos naturais, na década de 1990, alguns consideram a participação como uma maneira de envolver a população no manejo das

áreas protegidas (PRETTY; PIMBERT, 2000). Esse processo reconhece a importância das populações locais na conservação ambiental, privilegiando uma ótica sócio-ambiental à perspectiva naturalista e preservacionista de certos movimentos ambientalistas. Destacamos aqui o mérito de um olhar geográfico sobre os ambientes naturais como natureza, incluindo portanto o ser humano, e não como meio ambiente, no qual o homem socialmente organizado parece se constituir mais em um fator que em um elemento (MENDONÇA, 2001). É preciso uma perspectiva interdisciplinar geográfica onde o social é considerado uma parcela do meio ambiente e onde a natureza, antes de constituir uma soma de recursos naturais, possui dinâmica própria que influencia a estruturação do espaço geográfico.

Uma primeira razão da participação da população local no manejo dos recursos reside nos saberes empíricos acumulados sobre a natureza, formando uma base valiosa de partida para um plano de manejo. Além disso, o envolvimento da população incentiva uma melhor adesão às regras e a emergência de uma consciência sustentável.

### 2.3.1. *Saberes tradicionais ambientais*

As populações tradicionais vêm reconhecidos seus saberes ecológicos tradicionais, também chamados de saber ambiental por Leff (1998). Castro (1997, p. 227) explica que os saberes tradicionais se constroem a partir da “observação, pesquisa e reprodução dos saberes”, oriundos da “experiência das relações com a natureza”. Os saberes empíricos são transmitidos de geração em geração, sendo, portanto, a historicidade das populações um elemento determinante na sua concepção enquanto tradicionais.

Experiências de criação de parques de preservação integral, onde as populações nativas tradicionais foram remanejadas, mostram um resultado onde a redução da biodiversidade se conjuga com pobreza e marginalização das populações excluídas<sup>8</sup>. Com efeito, vários autores<sup>9</sup> já demonstraram como a chamada ação antrópica, sinônimo atual de impacto ambiental negativo, pode também ser um fator de manutenção ou até de aumento da biodiversidade. Graças à observação da natureza, de seus

ciclos, das tentativas de manejo bem sucedidas ou fracassadas, as populações tradicionais vão acumulando uma experiência crucial. Embora o saber científico seja mais detalhado, como ilustram as taxonomias e as descobertas em nível de biodiversidade genética, o conhecimento coletivo das populações tradicionais se localiza em um nível intermediário, o dos ecossistemas. Ora, é dentro dos contextos sociais e ecológicos onde as populações perfazem suas experimentações, inovam e se adaptam às mudanças sócio-espaciais.

Abrimos um parêntese para definir o que se entende aqui como populações tradicionais. O IBAMA adota o enfoque dos ambientalistas, ou seja, a ótica de conservação ambiental, através da exploração dos recursos naturais com meios de produção artesanal. A proteção da natureza compõe certamente um objetivo central da formação de UCs de uso sustentável. Todavia, limitar o conceito de populações tradicionais à existência de práticas ambientalmente sustentáveis encadeia o risco de retirar de algumas comunidades esta qualificação e, assim sendo, a proteção legal de que dispõem nos seus territórios de vida e de produção (FORLINE; FURTADO, 2002).

Logo, adota-se aqui um conceito que contempla todas as populações que fazem uso dos recursos naturais com técnicas de produção artesanal, baseadas nos conhecimentos tradicionais. Assim sendo, incluem-se grupos de populações tradicionais que, embora não exerçam exclusivamente práticas sustentáveis, ainda detêm saberes ambientais. Entre esses grupos, pode-se citar etnias indígenas que mantêm um contato estreito com a comunidade nacional (não índia) e que são pressionadas a explorar os recursos naturais de suas terras sem manejo racional (LIMA; POZZOBON, 2005). Também se agregam neste grupo pescadores da costa brasileira que utilizam bombas para aumentar a captura de forma considerável, embora saibam que essa prática prejudica a regeneração dos ecossistemas costeiros. A contemplação desses grupos como tradicionais se justifica na medida em que um processo de planejamento e gestão ambiental comunitária pode ser deslanchado, uma vez que tais grupos ainda conservam os conhecimentos necessários para a formulação de um plano de manejo sustentável.

### 2.3.2. *Melhor adesão às regras de uso dos recursos naturais*

O compartilhamento do poder favorece condições propícias a uma melhor adesão às regras, uma vez que estas são definidas pelos próprios atores locais no decorrer de longas discussões. Esta assertiva é tanto mais verdadeira quando se trata de populações historicamente excluídas, tal como as extrativistas: seringueiros, pescadores, quebradeiras de babaçu, etc., que finalmente vêem sua voz ouvida e seguida de ações e resultados positivos. A governança representa assim uma forma de participação no intuito de construir uma alternativa sócio-econômica sustentável. Experiências no mundo inteiro revelam o quanto as comunidades são importantes auxiliares no manejo dos recursos naturais, quando um processo de participação efetiva é estabelecido, apresentando informações, sugestões e até avaliações preciosas. O novo profissionalismo deve, portanto, abandonar o enfoque de ensino junto às comunidades locais para se voltar para uma metodologia de aprendizagem coletiva, em que técnicos, cientistas e populações tradicionais interajam em prol da proteção sócio-ambiental. Experiências diversas na costa brasileira confirmam essa dinâmica como no Pará ou no sul da Bahia, na recém-criada resex de Corumbal. Nessas UCs, ao se estabelecer e desenvolver uma rede social entre os núcleos populacionais em torno da construção coletiva de um objetivo comum, com o apoio ativo do governo, as populações locais granjeiam um elenco de benefícios, que vão do aumento da territorialidade da resex e da aprendizagem da organização coletiva à manutenção da biodiversidade e agregação de valor à produção.

Além do apoio governamental, pelo estatuto e o organograma (conselho deliberativo com vaga para a academia científica, terceiro setor, etc.), as resex favorecem a constituição de redes em parceria com terceiros (empresas privadas, ONG's, comunidade acadêmica, etc.) em torno de projetos de desenvolvimento que contemplem a percepção da importância de se conservar a biodiversidade, conservando também a sociodiversidade.

### 2.3.3. *Emergência de uma consciência sustentável*

Além da maior adesão das populações locais, a criação de uma unidade de preservação, do ponto de vista fundiário, oferece um amparo legal às populações embora estas não sejam proprietárias mas apenas disponham do usufruto da área da reserva<sup>10</sup>. A posse da terra pelas comunidades significa uma garantia de permanência em suas áreas de moradia e trabalho, permitindo assim um envolvimento a longo prazo das comunidades no planejamento e na gestão ambiental. Ressalva-se que a garantia de uso e ocupação sustentável do território das resex é também condicionada pelas relações de poder transescalares que nele atuam, em que pese a insuficiência da proteção legal. A resex tampouco proíbe a entrada de “estrangeiros”, como se viu antes, todavia, o estatuto de área protegida, no nível federal, forma mais um instrumento de anteparo para uma resistência local em face de grandes projetos pensados sem considerações de sustentabilidade ambiental, social, econômica e política. Além disso, uma vez o plano de uso dos recursos naturais elaborado para a resex, os extrativistas de outras áreas, que quiserem pescar nela, devem se submeter às regras do plano. Dessa forma, pretende-se evitar – ou afastar quando ele existe – o risco potencial em terras de acesso livre, uma vez que se trata de terras de uso comum, definido por direito consuetudinário e pelas regras de uso de uma unidade de conservação federal.

A garantia de proteção ganha um acento peculiar no caso da pesca em razão da especificidade da dimensão territorial da atividade. De fato, não existe uma delimitação territorial entre pescadores equivalente à encontrada na agricultura ou até entre os extrativistas florestais; o território utilizado para a extração de recursos naturais é um território de uso comum e, além disso, de livre acesso a terceiros. O meio aquático se particulariza também na medida em que ele não revela tão rapidamente os danos que lhes são infligidos, tal como o escasseamento de cardumes. Enquanto uma área de floresta mostra seu dossel aberto após derrubada para exploração madeireira e implantação de pastagem, a pesca predatória dificilmente deixará rastros tão claros. Para o ordenamento do território, com vistas a uma sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, o envolvimento das populações concernidas – os pescadores – é vital para a garantia de sucesso do processo.

Esses três fatores – saberes tradicionais, maior adesão às regras de uso e emergência de uma consciência ambiental – estão estreitamente ligados, uma vez que as normas de preservação ambiental alcançadas por meio das decisões coletivas contribuem para que cada indivíduo se sinta co-responsável pela preservação ambiental, necessária à manutenção do grupo social como um todo e a sua reprodução no tempo.

### **3. As resesx marinhas do Pará e da Baía do Iguape (BA)**

#### *3.1. Os manguezais, elementos vitais da pesca artesanal*

##### *3.1.1. Manguezais, fonte de vida*

As reservas extrativistas marinhas estudadas aqui abrangem mormente ecossistemas de manguezal, mas também de floresta de terra firme, várzeas, rios, estuários e zona marítima costeira. Os manguezais são considerados ecossistemas-chave em razão de sua riqueza em biodiversidade e dos serviços ambientais que eles proporcionam, fazendo deles áreas de notável importância ecológica. Graças aos efeitos da complexa dinâmica de marés que submerge regularmente seu substrato, esses ecossistemas são enriquecidos ao reter os sedimentos fluviais na baixa do nível da água. Em virtude desse processo, destacamos, entre os serviços ambientais, o de viveiro e de local de alimentação para muitas espécies, fixas ou migrantes, da fauna terrestre, aquática ou ainda de pássaros. Nessa interface entre meios terrestre e aquático, os manguezais oferecem uma grande variedade de recursos naturais, base de sustentação de populações costeiras há séculos como testemunham os sambaquis encontrados ao longo do litoral brasileiro e em outras regiões costeiras do globo. O Brasil possui vastas áreas cobertas por manguezais, sendo que a maior parte está classificada como de importância mundial para a conservação da biodiversidade na América Latina e no Caribe. No Brasil, eles representam também uma fonte importante de subsistência para populações locais que exploram seus recursos naturais.

A legislação brasileira considerava esses ecossistemas como áreas sob controle da Marinha – enquanto representante da União – para o objetivo de preservação permanente, ou seja, proibindo atividades humanas que façam uso social dos recursos naturais, levando assim a dois tipos de problemas. Além de negar a importância dos manguezais para as populações pesqueiras do litoral, a proteção legal era muito mais teórica do que concreta, uma vez que essas áreas careciam de fiscalização ambiental. Em realidade, essas áreas carecem de reconhecimento pelo seu valor ecológico junto à sociedade em geral. Não raramente, as populações urbanas percebem o manguezal como um ambiente sujo e inútil. Nessas circunstâncias, a condição de livre acesso facilita a ocorrência de impactos ambientais negativos, relativos a uma série de fatores tais como a urbanização, o dejetos de poluentes, a construção de estradas, e, de maneira crescente e acelerada nos últimos anos e em particular na costa nordeste, a carcinicultura. À luz de experiências ocorridas em demais países como o Equador, sabe-se da gravidade dos impactos que esse modo de exploração acarreta: áreas degradadas de antigos manguezais por remoção de mangue e compactação dos taludes, água contaminada por produtos químicos e fezes de camarão, dentre outros, comprometendo assim os meios de vida das populações pesqueiras.

Pressionadas por uma opinião pública cada vez mais ciente do mérito de preservar em bom estado a natureza, da qual depende, as autoridades federais mudaram a legislação ambiental no início deste século. Com o Código Florestal, por exemplo, não se pode mais desmatar o mangue sem a autorização das agências governamentais competentes. Em 2002, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) cria diversas categorias de UCs, implementando-as no território nacional, a maioria delas como Áreas de Preservação Ambiental (APA), outras sob a forma de Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Resex, dentre outras, medidas que têm se estendido também às áreas de manguezal. O SNUC é, contudo, muito recente, e o setor da pesca assaz particular, incentivando o desenvolvimento de normas e regras específicas para o manejo dos recursos naturais adequado com as condições sócio-ambientais de cada unidade.

### 3.1.2. *A pesca artesanal, uma atividade extrativista peculiar*

A abordagem geográfica do setor da pesca evidencia sua particularidade. Os pescadores são influenciados, mais ainda dos que os agricultores, pelas vicissitudes do tempo, que alteram a salinidade da água nos estuários ou afetam a segurança da atividade. A influência desses fatores naturais se impõe com mais vigor no caso da pesca artesanal. O enfoque deste trabalho se reporta à pesca em região costeira, praticada em baías, estuários, rios e zona marinha costeira, geralmente até uma distância de 10 milhas náuticas da costa por questões de segurança.

A pesca artesanal se distingue da industrial pelos sistemas de pesca adotados, ou seja, a associação apetrecho-tipo de captura-embarcação, embora ela mesma recubra realidades sócio-espaciais bem diferentes. Os tipos de captura podem ser classificados segundo a especialização em uma ou duas espécies, própria da pesca industrial, ou, ao contrário, capturas multi-espécies da pesca artesanal. Os apetrechos dos pescadores artesanais tendem portanto a ser mais numerosos, especialmente se o grau de tecnologia é pouco elevado. A diversidade dos meios de produção dita capacidades diversas de captura. O uso das redes de pesca exemplifica essa diversidade, uma vez que entre a tarrafa de 5 ou 10 metros de diâmetro, lançada por um pescador sozinho na sua canoa, e as malhadeiras<sup>11</sup> de náilon fino, que se estendem por milhares de metros e são puxadas por barcos motorizados, nota-se facilmente uma decalagem na capacidade de pesca. A política de modernização da pesca nos anos 1970 não alterou significativamente o setor artesanal; ela contribuiu para aumentar a segmentação social entre pescadores, contemplados ou não.

A embarcação é um item essencial, uma vez que ele determina em parte a territorialidade dos pescadores através do raio de ação que lhes é permitido e sua conseqüente autonomia. Ela pode variar da simples canoa a remo, na qual pode ser montada uma vela, a um barco motorizado com capacidade de até 15 toneladas, dotado de motor de popa e geleira, possibilitando saídas em zona marinha costeira por dias seguidos. Estudos anteriores efetuados na costa nordeste do Pará mostram um grande número de embarcações motorizadas com capacidade entre 1 e 5 toneladas, permitindo a mobilidade dos pescadores que seguem os cardumes, e

apetrechos mais modernos, tais como malhadeiras de náilon, resistentes, leves e compridas, que possibilitam grandes capturas. Existem também situações mais parecidas ao encontrado na Baía do Iguape (BA), onde se encontra quase que exclusivamente pequenas canoas<sup>12</sup> movidas a remo ou vela, equipadas de apetrechos menos eficientes. A mariscagem, efetuada com apetrechos mínimos e freqüentemente sem embarcação, aparece como a atividade dos mais pobres.

Pesquisas efetuadas pela autora sobre pesca artesanal no Pará confirmaram que a técnica utilizada influencia no nível sócio-econômico do pescador, mas, por outro lado, a divisão do trabalho e o grau de organização social da categoria são também fundamentais nesse processo. Pode-se pensar em fomentar um desenvolvimento que não deprede os recursos naturais, que conserve os estoques pesqueiros e até que restaure parte deles, perdidos nas últimas décadas em função da sobre-pesca. A aqüicultura poderia aparecer a princípio como um meio para conciliar os objetivos ambientais e o aumento da produção, todavia, a atenção deve ser focada no caráter do empreendimento, uma vez que a clivagem industrial *versus* familiar permanece em termos de impactos ambientais e de efeitos sócio-econômicos.

Portanto, fomentar o desenvolvimento da pesca artesanal não consiste apenas em requerer mais linhas federais de crédito voltadas à aquisição de equipamentos e materiais de pesca. O esforço de maximização do proveito extraído do mar esbarra em limites naturais, tal como indicado no início deste trabalho, tanto no território utilizado pela pesca artesanal – aquém de 10 milhas náuticas – como em alto mar, explorado pela pesca industrial. As soluções devem evitar uma maior extração dos estoques pesqueiros e fomentar projetos apoiados no manejo dos recursos naturais, em um maior beneficiamento e agregação de valor aos produtos ou ainda na procura por nichos de mercado. Mas, tais medidas se refletirão efetivamente em melhorias para os pescadores somente se estes se organizarem para não concentrar os benefícios econômicos nas mãos dos demais atores participantes do processo, que se sucedem até o consumidor final. O fomento à construção social é imprescindível para garantir maiores chances de sucesso aos projetos de desenvolvimento local.

### 3.2. *As resex a caminho da sustentabilidade ambiental: os planos de uso dos recursos naturais*

Foram estudadas a reserva extrativista marinha da Baía do Iguape, no Recôncavo baiano, criada em 2000 e que conta 20 comunidades, e nove reservas no Estado do Pará, criadas entre 2001 e 2005: a resex de Soure, na ilha do Marajó, e, na costa nordeste do Pará, as de Curuçá, São João da Ponta, Bragança, Augusto Corrêa, Maracanã, Tracateua, Santarém Novo e Viseu. As resex paraenses cobrem 150.000 hectares de manguezais, que abrigam 283 comunidades de pescadores e marisqueiros, sendo 12.600 famílias cadastradas pelo IBAMA, num universo de cerca de 18.000.

O processo de efetivação das resex paraenses contrasta com a situação na Baía do Iguape, onde o conselho deliberativo da resex foi formado 5 anos após a criação da reserva. No Pará, os mecanismos se revelam mais ágeis, com a formação dos conselhos em todas as unidades. Presididos pelo IBAMA, os conselhos são formados por uma metade composta de representantes das comunidades extrativistas – delegados eleitos e lideranças de entidades de classe e demais associações, quando se tem um tecido social representativo e forte – e uma outra metade formada por órgãos públicos e instituições do setor privado e do terceiro setor atuantes na área da resex e do seu entorno. Observa-se que os usuários compõem a maioria absoluta nos conselhos e detêm a vice-presidência. A criação das reservas deve resultar da sensibilização e da mobilização de líderes comunitários para formar um colegiado executivo a ser escolhido pela base.

Os conselhos deliberativos têm por lei a função de gerir as resex, conforme se dispuser no regulamento interno e no ato de criação de cada unidade. Está estipulado na lei 9.985/2000<sup>13</sup> que o conselho deve aprovar o plano de manejo dos recursos naturais. Todavia, no Pará, tal como recomenda o CNPT, as resex dispõem também de associações mãe – ou associações de usuários –, compostas exclusivamente pelas populações extrativistas tradicionais. As associações são fruto de uma construção social que pode ter começado antes mesmo da criação da resex. Nesta perspectiva, o conselho deliberativo cumpre mais uma função de controle social regular, com assembleias trimestrais, deixando à associação mãe a tarefa de planejamento e gestão cotidianos. Cada associação elege uma

diretoria de 12 membros, dos quais seis titulares, que trabalham diariamente. Numa frequência média de duas vezes por semestre, a diretoria convoca as assembléias gerais da resex. Elas reúnem os delegados comunitários, eleitos na razão de dois por comunidade – ou grupo de comunidades se estas são muito pequenas – para a discussão de temas que interessem a resex como um todo. Para a resolução de problemas individuais ou de pequeno porte, ou ainda para orientação dos extrativistas, a associação dos usuários fica em funcionamento o ano inteiro. Além disso, cada resex dispõe de um conselho fiscal e de um conselho deliberativo da associação mãe, cada um com três titulares e três suplentes.

Embora não se possa ainda estimar os benefícios ambientais do novo modo de gestão territorial, por falta de estudos científicos, começa a se traçar um ordenamento do ecossistema com a adoção de um plano de utilização dos recursos naturais nas nove resex. Esses planos de uso, previstos em lei, são elaborados pelos próprios usuários, pescadores, caranguejeiros e outros marisqueiros. Graças ao saber ambiental tradicional, esse plano de uso é construído objetivando o manejo racional dos recursos naturais, pesqueiros ou de outro tipo (ex: recursos não florestais). Várias reuniões dentro das comunidades e com todas elas são necessárias, não apenas para confirmar os conhecimentos ambientais referentes a uma exploração sustentável, mas também para chegar a um consenso das diversas comunidades sobre o uso dos recursos naturais. Com efeito, comunidades podem ter interesses divergentes sobre os tipos de meios de produção e de técnicas a serem adotados por todos. Com o plano de utilização dos recursos naturais, medidas de conservação são votadas, incluindo a proibição de certas artes de pesca e o defeso de determinadas espécies nos períodos de reprodução ou de maior vulnerabilidade.

Com vistas a garantir o respeito ao plano de uso, uma fiscalização das atividades pesqueiras, incluindo a mariscagem, revela-se necessária. Para tal, conta-se com a co-responsabilização e conseqüente adesão das populações extrativistas, edificadas através do processo de planejamento e gestão participativos. Os planos ditam que, além de uma comissão formada por comunitários e pelo IBAMA, todo extrativista é também fiscal. O envolvimento dos indivíduos pode também se alicerçar sobre bases mais antigas de práxis em territórios de uso comum.

Todavia, as áreas de resex não são exclusivas das populações locais extrativistas, possibilitando a entrada de agentes externos. Estes podem ser meros turistas, mas também pescadores ou marisqueiros. Encontramos, por exemplo, essa situação na resex de Soure, com caranguejeiros vindos de localidades da costa nordeste do Pará. Diante da redução dos estoques resultantes de sobre-exploração nas suas regiões de origem, os pescadores da costa continental se dirigem para a ilha do Marajó durante a estiagem, época em que a pesca nos estuários e na zona marinha costeira (aquém de 10 milhas náuticas) registra baixa na presença de cardumes de peixes, com destaque para os de alto valor comercial como a dourada (*Brachyplatystoma flavincans*) ou a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*). Sua presença não pode ser proibida, desde que respeitem as regras do plano de utilização dos recursos naturais, devendo, portanto, primeiro procurar informação junto à associação mãe. Para evitar a tendência de diminuição dos estoques (ou tamanho dos indivíduos), por pressão demasiada sobre o meio ambiente, a fiscalização das áreas protegidas se revela como crucial. Haja visto a precariedade em recursos materiais, financeiros e humanos do IBAMA, a colaboração de todos os extrativistas da resex parece imprescindível para uma maior eficiência. Quem presenciar uma ação predatória, pode informar a associação de usuários, o IBAMA, a Polícia Ambiental ou outro órgão competente para que sejam tomadas as medidas necessárias.

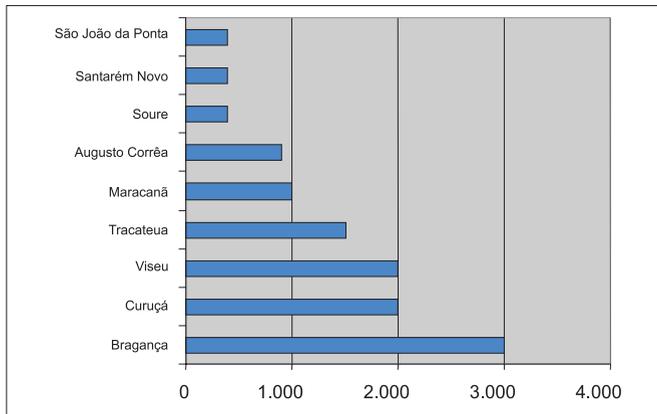
Esses resultados representam sensíveis avanços ambientais graças a uma organização social sólida, principalmente quando se é consciente das peculiaridades da pesca costeira, mas eles não podem ser estendidos à situação vigente na Baía do Iguape. Como já dito, o conselho deliberativo foi criado apenas 5 anos após a criação da resex e inexistia uma associação de usuários, não havendo nem mesmo uma mobilização nesse sentido. Em visitas de campo efetuadas em 2005-06, pode-se verificar que o próprio órgão ambiental<sup>14</sup> não procura informar os pescadores da importância de se formar uma associação de usuários. Em razão dessa lacuna, as ações coletivas concretas em favor de uma regulação do uso dos recursos naturais não se iniciaram. O conselho começou certamente a se reunir mas não está previsto o ciclo de reuniões comunitárias para a elaboração de um plano de uso dos recursos naturais, embora se trate de uma obrigação

legal importantíssima. Por essas deficiências, os seguintes itens se referem exclusivamente ao processo em curso no Pará.

### 3.3. Sustentabilidade sócio-econômica

Do ponto de vista sócio-econômico, as conquistas no Pará já são consideráveis. Já mencionamos que das 18.000 famílias, 12.600 foram cadastradas no IBAMA até agosto de 2006. Entre estas, os membros de 11.600 já possuem os documentos básicos, tais como CPF e RG. Esta operação de regularização administrativa constitui um pré-requisito fundamental para a conquista de outros direitos. De fato, as 11.600 famílias citadas foram também cadastradas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Como mostra a figura 1, graças a este processo, os extrativistas são contemplados para linhas de crédito voltadas à habitação (5.000 reais para construção de moradia ou 2.400 reais para reforma da residência) ou ao fomento à produção (2.400 reais para compra de equipamento de pesca).

**Figura 1**  
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR LINHAS DE CRÉDITO



O PRONAF<sup>15</sup> prevê ainda empréstimos na razão de 18.000 reais por família, destinados a investimentos produtivos em equipamentos de maior porte, como geladeira para estocar o pescado. Todavia, esta linha de crédito é condicionada à existência de um plano de manejo e à formalização de uma assistência técnica. O plano de manejo consiste na segunda fase de

gestão ambiental. Ele deve abranger, além dos saberes tradicionais traduzidos no plano de utilização dos recursos naturais, os conhecimentos científicos da comunidade acadêmica; todavia, não existe plano de manejo até o momento e a comunidade científica deve ser incentivada a oferecer sua contribuição. O projeto PIATAM MAR, coordenado por Pedro W. Souza Filho (UFPA), está desenvolvendo uma pesquisa na região costeira da costa norte do Brasil, que abarca uma zona urbana e uma unidade de conservação em cada um dos Estados de estudo: Maranhão, Pará e Amapá. No Pará, a resex de Soure foi escolhida e a pesquisa de campo deve subsidiar a elaboração de um plano de manejo, mas outras colaborações devem ser encorajadas no intuito de aumentar a qualidade de vida e de trabalho das populações pesqueiras.

Entre outros apoios, destacamos o do programa ARPA do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para realizar a demarcação física da resex de Maracanã e a construção da base administrativa da associação de usuários e seu equipamento, assim como implementar os demais instrumentos de gestão: conselho deliberativo, elaboração do plano de gestão, equipamento de logística e ações de proteção ambiental. A resex deve, como contrapartida, fornecer três analistas para cuidar da unidade, tarefa que conta com o apoio do IBAMA. A Secretaria de Desenvolvimento Político Sustentável (SDS/MMA) financia também em Maracanã, São João da Ponta, Curuçá e Santarém Novo os centros referenciais – nome dado às casas de pescadores que servirão de local de reunião das associações de usuários, assim como para organização de oficinas ou outras atividades comunitárias – e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) auxilia a criação do conselho deliberativo de Curuçá.

As comunidades organizadas ganham também apoios fora da esfera governamental. Citamos, em Soure, resex mais antiga, a solicitação junto ao IBAMA por um curso de produção de produtos fitoterápicos a partir de recursos não florestais, na busca de diversificação do uso dos recursos naturais. O órgão ambiental procurou então a cooperação de uma professora universitária, que realizou um curso técnico com as mulheres de duas comunidades. Os resultados da produção – óleo de andiroba, sabonete de copaíba, creme hidratante, dentre outros – são até hoje vendidos no município de Soure. Entre os próximos passos para superar as limitações

do reduzido mercado consumidor e alcançar um mercado regional ou até internacional, está a criação de embalagem com informações sobre a composição de produtos standardizados de qualidade garantida. Citamos também a resex de Curuçá, também contemplada para receber cursos diversos (organização social, agentes multiplicadores de educação ambiental, construção de viveiros para produção de mudas de vegetação de manguezal no âmbito de um projeto de recuperação de bacia hidrográfica), assim como para a aquisição de equipamentos de escritório e deslocamento. Ao incentivar a diversidade das atividades geradoras de renda, visa-se também a ajudar a diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros numa visão de equilíbrio dos ecossistemas que compõem as áreas cobertas pelas reservas extrativistas marinhas.

#### 3.4. *Governança local: um processo em amadurecimento no Pará*

Além dessas instituições previstas e recomendadas em lei – conselho deliberativo e associação de usuários –, a experiência em curso no Estado do Pará inova na construção do capital social com o incentivo do IBAMA para a constituição de comitês locais. Estes são formados de cinco lideranças de cada comunidade, sejam elas extrativistas ou não, desde que sejam moradoras, incumbidas de discutir a gestão da resex, com suas potencialidades e dificuldades, de modo a oferecer estruturas de apoio à diretoria da associação mãe e à assembléia dos delegados no seu trabalho. A abertura a moradores não extrativistas tem por intuito a ampliação do debate sobre o desenvolvimento local, apoiando a associação mãe na construção de uma governança local.

Assim sendo, se tomamos o exemplo da resex de Soure, composta de 13 comunidades, a assembléia de 26 delegados é convocada cerca de 4 vezes ao ano por uma diretoria de 12 membros<sup>16</sup>, enquanto a soma dos membros dos comitês locais alcança 130 pessoas, que pensam a gestão da reserva. Em Curuçá, formada de 52 comunidades, ou seja, 104 delegados, o número de membros de comitês locais deve totalizar 260. Um nível intermediário foi implementado com os pólos (cf. Tabela 1), definidos em razão de vários fatores: o número e a distribuição espacial das comunidades na reserva e a fisiografia da área (como um espaço que alterna continente e ilhas), que podem dificultar as inter-relações, a exemplo de Curuçá.

As comunidades maiores de uma determinada área da resex acolhem as demais menores para reuniões entre elas, antes de mandar representantes para a sede da associação. São previstas três reuniões ordinárias por ano, ficando aberta a possibilidade de convocação para outras reuniões extraordinárias. Os pólos constituem unidades de referência na escolha dos delegados do conselho deliberativo. Por questões de equilíbrio geopolítico interno à resex, os delegados do conselho são escolhidos pelos diversos pólos para garantir a representatividade do conjunto das comunidades de usuários. No presente momento, cerca de 40% das 283 comunidades já montaram comitês locais, somando mais de 500 lideranças.

**Tabela 1**  
NÚMERO DE COMUNIDADES E DE PÓLOS POR RESEX MARINHA

Resex	n°. comunidades	n°. pólos	Delegados associação	Delegados comitês
Maracanã	75	9	150	375
Curuçá	52	8	104	260
São João da Ponta	13	5	26	65
Soure	13	4	26	65
Santarém Novo	13	5	26	65
Tracateua	36	7	72	80
Bragança	43	7	86	215
Viseu	45	7	90	225
Augusto Corrêa	9	5	18	45

Assim, a ampliação do debate entre um crescente elenco de atores locais favorece o surgimento de novas idéias, propiciando uma maior consciência do necessário diálogo entre os participantes para a tomada de decisões favoráveis a todo o coletivo. Além disso, a comunicação dos debates e seus respectivos argumentos a um público mais amplo fazem crescer a transparência do planejamento e da gestão, limitando a margem de manobra de uma diretoria de associação para tomar decisões que não sejam aceitas pelas comunidades. Graças a um volume maior de informações transitando entre as populações, elas podem, em conseqüência, definir prioridades, projetos e ações com maior autonomia, uma vez que esta é condicionada, não só pela liberdade de expressão, mas também pelo co-

nhecimento prévio e preciso do que está se discutindo, com seus prós e contras. As experiências das resex existentes mostram como as reuniões em torno da formulação de um plano de manejo, por exemplo, tornam as populações mais conscientes de sua capacidade de decidir sobre seu destino. Essas reuniões devem ser numerosas, com vistas a recolher as opiniões diversas e se chegar a um acordo. Uma vez que as decisões são tomadas coletivamente e não por uma equipe limitada, o processo traduz-se em uma lição de democracia e de cidadania.

Uma observação importante para revelar o bom andamento na construção do capital social nas resex paraenses diz respeito ao papel das mulheres nesse tecido social. As associações mães têm em suas diretorias e entre os delegados um número equivalente de homens e mulheres, inclusive a presidência de duas das associações. Esse fato é particularmente importante num meio social como a pesca, marcado pelo trabalho dos homens, onde o próprio trabalho feminino tende a ser invisível. A presença ativa dos dois gêneros nas esferas de decisão indica o quanto a governança avança nas populações pesqueiras das resex paraenses.

O processo de organização social não constitui uma tarefa fácil, especialmente no caso de extrativistas, que trabalham isolados, ao contrário dos camponeses, entre os quais as ações coletivas são organizadas com maior frequência. No caso da pesca, essa dificuldade aumenta por causa dos ritmos peculiares e irregulares. Com efeito, os pescadores programam suas viagens de acordo com as marés semi-diurnas e suas variações em função da lua (marés de sizígia ou de quadratura). Para quem trabalha em embarcação dotada de geleira, permitindo uma maior autonomia de navegação, isso significa estar longe da vida comunitária durante vários dias e voltar especialmente cansado, querendo vender logo a pescaria e descansar. Nessas condições, a vida social pode tornar-se menos intensa do que nas comunidades de lavradores.

Apesar das dificuldades, as resex marinhas do Pará não só demonstram um forte dinamismo social, através da implicação ativa das populações nas associações de usuários, como também na rede social que está se formando entre lideranças das diferentes áreas protegidas, a partir das trocas de experiências favorecidas pelo órgão ambiental.

#### 4. Considerações finais

À luz das experiências em curso nas resex marinhas do Estado do Pará, observa-se a lógica do ecodesenvolvimento, uma vez que procura explorar os recursos locais com manejo racional embasado, em primeiro lugar, sobre os saberes tradicionais. A existência desse conhecimento ambiental empírico deve contribuir para identificar os problemas específicos de cada área protegida e buscar soluções para eles. A competência das populações tradicionais aparece como um fator de envergadura na defesa de sua participação efetiva no processo de planejamento e gestão. As resex marinhas paraenses demonstram um processo muito dinâmico de construção social, que já proporcionou vários resultados positivos para as comunidades, tanto em termos de qualidade de vida, como em termos de auxílio à produção.

As resex constituem um processo de construção de desenvolvimento sobre outras bases do que as vindas de cima, decididas por técnicos, peritos ou burocratas. O enfoque participativo requer da parte dos profissionais do órgão de co-gestão uma nova visão de trabalho, em que as populações são informadas, assessoradas e apoiadas e tomam as decisões na gestão de sua resex. Quando esta visão é adotada, as populações se sentem amparadas, se envolvem com ânimo e conseguem resultados concretos. Quando não se está em presença de uma comunidade especialmente organizada, a assessoria estreita do IBAMA parece fundamental para dar garantia às populações envolvidas de que elas podem se tornar atores plenos do desenvolvimento local, dinamizando, assim, o processo de gestão comunitária. Sem tecido social coeso e sem apoio governamental seguro, o processo de construção social avança em marcha lenta. A resex Baía do Iguape, criada em 2000, ilustra este fato, pois não foi ainda plenamente efetivada. A criação do conselho deliberativo após 5 anos não significa um real engajamento do IBAMA na ativação da reserva, que deveria se traduzir pelo fomento de uma associação mãe e o assessoramento contínuo das comunidades pesqueiras. O CNPT no Pará conta com um coordenador e vários funcionários que realizam numerosas visitas a campo, tarefa necessária para uma integração de confiança mútua e de troca com as comunidades. Tal cooperação está presente também na resex de

Corumbal, graças ao trabalho regular de um funcionário. Mas na Baía do Iguape, o IBAMA não encarregou um funcionário para esse longo trabalho de organização e capacitação das populações locais. Ora, sem informação suficiente, os pescadores mal podem decidir em condição de autonomia como afirma Castoriadis (apud SOUZA, 2002). Os pescadores da resex Baía do Iguape são até hoje informados de que os avanços virão das decisões do conselho deliberativo – que compreende outros agentes além dos usuários da pesca –, enquanto em outras resex, o processo de empoderamento das comunidades se constrói a partir do exercício do poder de decisão coletiva.

Ainda restam muitos desafios a superar em busca de soluções economicamente mais rentáveis e é preciso multiplicar as parcerias com a comunidade acadêmica para a elaboração dos planos de gestão dos recursos naturais, a partir dos atuais planos de uso, todavia, pode-se dizer, desde já, que o principal benefício até hoje alcançado pelas comunidades usuárias realmente participantes da gestão das resex marinhas é o aumento do poder de embate das populações, resultado peculiarmente importante, tendo em vista a situação de exclusão política na qual historicamente se encontram.

## Notas

<sup>1</sup> As estatísticas de pesca do IBAMA (2005) mostram que a produção artesanal em 2004 era responsável por metade da produção pesqueira brasileira, sendo que a outra metade se divide entre pesca industrial e aquíicultura. A participação da pesca artesanal aumenta nas duas regiões citadas: quase dois terços da produção no Nordeste e 85% da produção na região Norte.

<sup>2</sup> Artesanal e industrial.

<sup>3</sup> In. <http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit11.shtml>. Acessado em 27.11.05. A produção nacional de pescado compreende a pesca marinha, de água doce e aquíicultura.

<sup>4</sup> Unidade de produção do seringueiro criada pela SUDHEVEA. Ela não é definida a partir de uma superfície territorial precisa, mas sim do território efetivo que um seringueiro pode explorar todo dia.

<sup>5</sup> Estes deviam ser criados após processo de expropriação pelo INCRA que, segundo a Constituição de 1988, não pode se realizar em terras produtivas e deve ser seguida de uma divisão em lotes.

<sup>6</sup> Metade dos componentes mais um.

<sup>7</sup> Comumente conhecida como posse.

<sup>8</sup> Vários artigos do livro de Diegues (2000) oferecem relatos de experiências fracassadas de manejo de parques nacionais de proteção permanente após remanejamento das populações nativas para fora dessas unidades.

<sup>9</sup> Diegues (1994, 2000), Adams (1994).

<sup>10</sup> Concessão real de uso, mais comumente conhecida como posse.

<sup>11</sup> Ou camarãozeiras, como são chamadas na Bahia.

<sup>12</sup> As canoas medem entre 6 e 9 metros.

<sup>13</sup> A Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

<sup>14</sup> Apenas ouvimos uma pessoa dentro do IBAMA que fez referência à necessidade de criar uma associação mãe, mas que visivelmente não recebe um apoio efetivo do órgão para implementá-la.

<sup>15</sup> PRONAF A. Portaria interministerial 13/2002 dos MMA e MDA.

<sup>16</sup> Um presidente, dois secretários e dois tesoureiros assim como os respectivos suplentes.

## Referências

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 10, n. 1, 1994.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido**. Belém: Cejup, 1997.

CNPT. <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>. Acessado no dia 02.08.06. 2005.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUD/USP, 1994.

\_\_\_\_\_, Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: \_\_\_\_\_ **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000.

FISHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão. Introdução a uma agenda. In: FISHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FORLINE, L.; FURTADO, L. G. Novas reflexões para o estudo de populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, n. 18, v. 2, p. 209-227, 2002.

IBAMA. **Estatística da pesca 2004 Brasil**. Grandes regiões e unidades da Federação. Brasília: MMA, 2005.

LEFF, H. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAYRAGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, FASE, n. 71, p. 5-10, fev. 1997.

LIMA, D.M. ; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

MENDONÇA, F., Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 1º semestre 2001.

NEVES, Walter. Sociodiversity and biodiversity, two sides of the same equation. In: SACHS, I and CLUSENER-GODT, M. **Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon region**. Paris: Man and Biosphere series/UNESCO, v.15, 1995.

PLANTE, S.; ANDRE, P. La gestion communautaire des ressources naturelles, cadre de référence pour une réflexion sur les communautés locales. **Canadian Journal of Regional Science**, v. XXV, n. 1, p. 117-132, 2002.

PRETTY, J. N.; PIMBERT, M. P. Parques, comunidades e profissionais: incluindo "participação" no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, M. J. L. de. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

